

# TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - OUTUBRO - 2010  
ANO 16 - NÚMERO 154



Rodrigo Vilaça

## Justiça Estadual ganha reforço

Os novos juízes, aprovados no último concurso para a magistratura mineira, tomaram posse em setembro e foram designados para atuar em comarcas de todo o Estado. Com a chegada dos 88 novos magistrados, mais 172 mil sentenças, em média, poderão ser proferidas em um ano. O número é significativo e intensifica o trabalho dos quase 870 magistrados de comarcas mineiras que, em 2009, proferiram quase 1,7 milhão de sentenças. Na foto, o primeiro colocado no concurso discursa durante a cerimônia de posse.

Páginas 6 e 7

### Ação social

Conheça o trabalho de servidores que também são voluntários da Justiça

Página 11

# Por um Judiciário mais ágil

O jurisdicionado mineiro e, por extensão, a sociedade de um modo geral recebem neste final de ano duas boas notícias, que o *TJMG Informativo* traz nesta edição: a posse de 88 novos juizes e a realização da 5ª Semana Nacional da Conciliação.

Essas medidas vão contribuir para desafogar a Justiça Estadual e dotá-la de maior celeridade, concorrendo também para que o Judiciário cumpra o seu papel de responder às reivindicações dos cidadãos de uma maneira mais rápida, eficiente e justa.

Os novos juizes substitutos, que tomaram posse em 10 de setembro, são profissionais altamente capacitados. Eles passaram por um árduo processo de seleção e foram treinados pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) para tornarem-se aptos a enfrentar os enormes e graves desafios que o desempenho de suas novas funções vai lhes impor.

Eles vão reforçar o Judiciário mineiro, atuando em cerca de 30% das comarcas do Estado, reduzindo o *deficit* de magistrados e aliviando a sobrecarga de trabalho dos juizes em exercício.

Como destaca a reportagem das páginas centrais, o número de processos que aguardam julgamento em Minas Gerais soma cerca de 4 milhões. Para se ter ideia do que esse montante significa, em 2009, os 870 magistrados proferiram algo em torno de 1,7 milhão de sentenças nas comarcas do Estado, o que dá uma média de 1,9 mil julgamentos por juiz. Com a chegada dos novos magistrados, espera-se que sejam proferidas mais 172 mil sentenças por ano, aproximadamente.

Segunda boa notícia desta edição, a 5ª Semana Nacional da Conciliação será realizada no período de 29 de novembro a 3 de dezembro.

A conciliação é outro esforço do Judiciário que visa reduzir o número de processos em tramitação nos tribunais. Ela envolve um mutirão de juizes, conciliadores e servidores, com o objetivo de estimular o entendimento entre litigantes que discutem problemas corriqueiros. Na conciliação, ambas as partes cedem parcela de suas pretensões.

Esse mecanismo alternativo de resolução de conflitos surgiu em alguns países desenvolvidos e tem uma característica que talvez seja a razão para o seu sucesso: nele não há vencedores nem perdedores.

Todos ganham com isso, já que a formalização de um acordo encerra o processo judicial e dispensa a necessidade de instrução e julgamento, o que ajuda a desafogar os tribunais.

Em 2009, o TJMG realizou o quarto maior número de audiências de conciliação durante a Semana Nacional da Conciliação. Neste ano, mais uma vez, está fortemente comprometido com a realização do evento, concebido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Esta edição do *TJMG Informativo* traz também entrevista com o desembargador Fernando Caldeira Brant, entusiasta da modernização das práticas do Judiciário. Como assessor especial de Tecnologia da Informação, ele é responsável pelas inovações tecnológicas implementadas no Tribunal.

Tenham todos uma ótima leitura!

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Cláudio Costa;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano

Rodrigues;

3º Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Alvim Soares;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretário Especial

de Comunicação da Presidência:

Helcio Zolini; Assessora de

Comunicação Institucional: Valéria

Valle Viana; Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP n° 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP n° MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Limongi; Design

Gráfico: Carlos Eduardo Miranda;

Fotolito e Impressão: CGB Artes

Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

## Código Eleitoral

O auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) foi palco, em 13 de setembro, da primeira audiência pública para apresentação de sugestões referentes à elaboração do novo Código Eleitoral brasileiro. Os trabalhos foram conduzidos pela Comissão de Revisão do Código Eleitoral. O presidente do TJMG, desembargador Cláudio

Costa, disse ser uma grande honra para Minas Gerais inaugurar trabalhos cujos desafios são mudar culturas e paradigmas. "Hoje é necessária a implantação de uma legislação avançada. O momento é propício, pois estamos vivendo um período eleitoral, e as discussões sobre o tema estão estimuladas", concluiu o magistrado.



Renata Mendes

# Preparativos para a Conciliação apresentam novidades

Júlia Maia e Thaís Paiva

Empenho. Essa é a palavra que define o trabalho da 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para organizar a quinta edição da Semana Nacional da Conciliação. A mobilização será realizada entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro e busca incentivar a cultura da conciliação na sociedade.

Os preparativos para a Semana já começaram trazendo novidades. O Tribunal de Justiça mineiro formalizou parceria com empresas de diversos segmentos, como operadoras de telefonia, bancos e seguradoras, para realizar mutirões e julgar processos passíveis de conciliação.

A Semana Nacional da Conciliação será realizada em todas as comarcas do Estado e terá o apoio de conciliadores, juizes, profissionais formados em Direito e até cidadãos que desejem colaborar nos mutirões. O evento ainda terá a presença dos magistrados voluntários dos Juizados de Conciliação e aposentados integrantes do programa Magistrado Conciliador.

**A conciliação é um caminho sem volta. É o caminho da pacificação, é o norte da Justiça do século XXI"**

Segundo o secretário-geral do Juizado de Conciliação, Juliano Veiga, a expectativa é que vários magistrados se mobilizem para agendar audiências de conciliação e muitos acordos sejam realizados. A 3ª vice-presidente e superintendente dos Projetos Inovadores do TJMG, desembargadora Márcia Milanez, acrescenta que já foram realizadas reuniões com os juizes designados pelo presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, para definir as diretrizes dos trabalhos que serão realizados durante o evento. "A intenção é que esta Semana da Conciliação seja definitiva. O Estado de Minas Gerais deverá mostrar sua força e empenho para intensificar a cultura da pacificação", afirma.

Em Belo Horizonte, as atividades da Semana serão realizadas na Central de Conciliação e em núcleos que atenderão demandas ainda não ajuizadas, que estão na esfera pré-processual. "Buscamos, primeiramente, promover a procura pela conciliação para depois estabelecer os locais e os espaços onde serão realizadas as audiências", afirma Juliano Veiga.

## Novidades

O TJMG é um dos pioneiros no país na promoção da conciliação. Após grande incentivo do Poder Judiciário, outras instituições também têm adotado a mesma política. No mês de agosto, a Ordem dos Advogados do Brasil–Seção Minas Gerais (OAB/MG) realizou a Semana da Conciliação e Mediação. O evento contou com o apoio do Tribunal de Justiça. A desembargadora Márcia Milanez considerou bem-vinda a iniciativa. "Esse princípio é essencial para que se feche o espaço que faltava para a instauração da cultura da paz. Os advogados deveriam abraçar a causa", ressalta.

Na tentativa de instaurar a conciliação em todo o Estado, a 3ª Vice-Presidência, com o apoio da Assessoria de Gestão da Inovação (Agin) e da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), vai realizar o 1º Congresso Mineiro de Conciliação, em novembro. "O objetivo do Congresso é difundir o conceito da conciliação, sem deixar de lado uma abordagem técnica", reforça Juliano Veiga.

Durante o Congresso, será lançado curso a distância para preparação de conciliadores. "Esse curso vai ampliar a disseminação dos conceitos sobre conciliação para todas as comarcas, tanto para os conciliadores iniciantes como para aqueles que já estão em atividade", enfatiza o secretário-geral do Juizado.

"A conciliação é um caminho sem volta. É o caminho da pacificação, é o norte da Justiça do século XXI", conclui a desembargadora Márcia Milanez.



Rossana Souza

A desembargadora Márcia Milanez acredita que Minas irá mostrar sua força e empenho para intensificar a cultura da paz



Rodrigo Vilaça

Juliano Veiga explica que o Juizado procura difundir o conceito de conciliação



# Central de Arquivo simplifica atendimento

A Cearfo atende diretamente aos advogados e às partes interessadas em desarquivamentos de processos baixados

Raul Machado e Silvia Volpini

Segunda feira, 14h. A Central de Arquivo Forense (Cearfo) da comarca de Belo Horizonte estava repleta de serviço. Em meio a muitos processos, papéis e computadores, funcionários trabalhavam no atendimento às pessoas que se dirigiam ao balcão.

Entre elas estava Nelma Conceição Pereira, 62. Sua espera não foi longa, aliás, foi muito menor que há quatro anos, quando precisou ter acesso a um processo de separação já arquivado, mas o setor ainda não havia incorporado as atuais mudanças. Hoje, Nelma, que precisou consultar novamente o processo, revela seu contentamento por não ser necessário vir ao fórum com o advogado para fazer o pedido. "Ficou bem melhor para nós. Preenchi o formulário semana passada e hoje já vim buscar os papéis", diz.

Por determinação da Portaria 872/2009 da Corregedoria-Geral de Justiça, a Cearfo passou a atender diretamente aos advogados e às partes interessadas em desarquivamentos de processos baixados, um serviço antes realizado somente por meio de petições feitas pelos próprios advogados junto às secretarias.

O coordenador da Cearfo, Bernardo Cambraia, foi quem teve a ideia de implantar as mudanças no setor, que hoje guarda aproximadamente 6 milhões de processos baixados. "A ideia surgiu depois de ter observado que muitos cidadãos e advogados vinham até aqui com demandas que não necessitavam de despacho judicial,

apenas da autorização de um escrivão, portador de fé pública", conta Bernardo.

**Foi possível resolver um grande problema e facilitar a vida do cidadão"**

Foi assim que Maria Eleonor Zauli começou a trabalhar na Cearfo do Fórum Lafayette. Ela é escrivã e tem competência para realizar uma série de atos que antes só eram feitos nas secretarias de juízo. "A população está satisfeítíssima! Temos recebido muitos bilhetes, telefonemas, elogios e agradecimentos de advogados e cidadãos", afirma a escrivã.

O fornecimento das cópias a Nelma só foi possível a partir dessa reestruturação implantada no setor há um ano. Hoje, a população chega ao balcão, preenche um formulário, paga a taxa de R\$8 –se não contar com o benefício da justiça gratuita– e tem acesso ao processo baixado. São atendidas mais de 5 mil pessoas por mês. Alguns atos judiciais, que dependem

de despacho de juiz, ainda precisam ser executados nas secretarias.

"Um benefício imensurável." É a avaliação da escrivã da 8ª Vara de Família do Fórum Lafayette, Laila Souza, sobre as mudanças ocorridas na Cearfo. Segundo a escrivã, as transformações no processo de trabalho contribuíram para diminuir os serviços acumulados pela secretaria. "Foi um grande alívio. Qualquer desarquivamento que nós deixamos de fazer já é um benefício diante do nosso volume de processos. Foi uma ideia executada com muita competência", ressalta a escrivã.

## Serviços

Atualmente, além do serviço de atendimento direto às partes interessadas em consultas ou cópias, a Cearfo realiza juntadas de documentos em processos baixados e arquivados, registra a movimentação no sistema informatizado e expede certidões de atuação para advogados.

Bernardo confessa que houve um aumento considerável dos serviços da Cearfo. "Mas eu gosto do desafio. Com o apoio da Direção do Foro, foi possível resolver um grande problema e facilitar a vida do cidadão", afirma.

O atendimento ao público externo é feito nos dias úteis, das 12h às 18h, no térreo do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

# Curso a distância cria novos conceitos

Sidneia Simões

Oportunidade para reunir a equipe, assistir a palestras de qualidade, promover o diálogo e a reflexão – esses encontros estão sendo incentivados pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) em todas as comarcas de Minas, inaugurando mais uma ação do programa Atitude Legal. Basta marcar a data, horário e local, para assistir às palestras do professor João Batista Libanio, "No princípio estão as relações", e da psicóloga Patrícia Ferreira Del-Fraro, "A ética do cuidado".

As palestras, ministradas para os gerentes da 2ª Instância e da 1ª Instância/Capital, foram gravadas, tendo sido enviadas cópias em DVD para todas as comarcas. Dessa forma os ensinamentos dos professores podem ser disseminados através da modalidade do curso a distância. Existe ainda outra motivação: os servidores que assistirem às palestras devem assinar uma lista de presença, que será encaminhada por magistrado à Ejef, visando à emissão de declaração, a ser incluída no rol dos cursos exigidos para a promoção na carreira.

## Palestras

Em sua palestra, o professor Libanio lembra que o serviço público pressupõe respeito ao mistério do outro.

Alerta para a importância de ver os réus e as partes de um processo como pessoas cheias de mistério, motivações e sofrimentos, que devem ser tratadas com ternura e compreensão, como forma de promover mudanças. Já a psicóloga Patrícia Del-Fraro destaca que indivíduos saudáveis e maduros podem cuidar melhor do outro.

## Repercussão

Na comarca de Capelinha, servidores assistiram à palestra do professor Libanio e pediram o DVD empresta-

do, porque "vale a pena ver de novo". Para a juíza da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, Livia Lúcia Oliveira Borba, o palestrante consegue tratar de temas profundos de forma simples. Em Barão de Cocais, o juiz Wellington Reis Braz também reuniu a equipe para assistir às palestras. Segundo ele, "o momento foi muito proveitoso, trouxe reflexões necessárias para um bom relacionamento".

O programa Atitude Legal, desenvolvido em parceria com a Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), foi lançado no ano passado e parte do pressuposto de que a "excelência no atendimento é uma construção de todos". Por isso incentiva tanto o público interno quanto o público externo a adotar atitudes positivas.

Reconhecido como prática de educação e de comunicação, o curso a distância, uma das ações do programa, foi finalista do Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário, em São Luís/MA; a campanha interna do programa foi selecionada no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2010, em Porto Velho/RO.

Além disso, outras instituições, como a Advocacia Geral do Estado (AGE) e a Defensoria Pública de Minas, bem como outros tribunais do país já demonstraram interesse em adotar o programa do TJMG.

O programa Atitude Legal incentiva tanto o público interno quanto o público externo a adotar atitudes positivas

Rodrigo Vilaca



"No princípio estão as relações" é o tema da palestra do professor João Batista Libanio

# Judiciário ganha re



Fotos: Rodrigo Vilapa

Antes de tomar posse, os novos juizes e demais candidatos aprovados no concurso frequentaram o curso de formação para ingresso na Magistratura, realizado pela Ejef

## Francis Rose

O Judiciário Estadual ganhou reforço em setembro. Oitenta e oito novos juizes substitutos, aprovados no último concurso para ingresso na magistratura mineira, tomaram posse e foram designados para atuar em comarcas espalhadas por todo o Estado. Atualmente, o acervo à espera de julgamento nas prateleiras do Judiciário de Minas Gerais é de cerca de 4 milhões de processos. Com a chegada dos novos magistrados, mais 172 mil sentenças, em média, poderão ser proferidas em um ano. O número é significativo e intensifica o trabalho dos quase 870 magistrados de comarcas mineiras que, em 2009, proferiram quase 1,7 milhão de sentenças. O cidadão à espera de justiça agradece.

Com a posse dos 88 juizes substitutos, das 296 comarcas do Estado, apenas 12 de 1ª entrância ficarão sem um juiz à disposição 24 horas, sendo atendidas por magistrados que atuam em localidades vizinhas. Não foi só o interior que saiu ganhando. Os Juizados Especiais da Capital, que garantem soluções mais rápidas para litígios de menor complexidade e crimes de menor potencial ofensivo, também vão contar com o trabalho dos novos juizes. Parte dos magistrados foi designada ainda para os Juizados Especiais do interior e para comarcas de 2ª entrância com grande demanda.

Para o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Herculano Rodrigues, a posse dos juizes substitutos é fundamental para suprir o *deficit* de magistrados no Estado, reduzindo a sobrecarga de trabalho dos juizes em exercício. "Atualmente, há magistrados respondendo

por mais de uma comarca. Eles precisam se desdobrar para dar conta do volume de processos", informa. A Ejef foi a responsável pela seleção dos novos juizes.

## Atitude empreendedora

Quem acabou de chegar à magistratura sabe bem da responsabilidade que tem pela frente e já faz ideia da grande demanda de trabalho. "A Ejef nos apresentou a realidade da vida de um juiz. Sabemos que seremos muito exigidos e que hoje é preciso ter uma atitude empreendedora. O magistrado da atualidade é um gestor de equipes. A turma aprovada no último concurso é jovem, mas madura. Vamos trazer contribuições para o Judiciário", diz João Paulo Santos da Costa Cruz, 30 anos, classificado em primeiro lugar no concurso.

O novo juiz atua, desde 13 de setembro, na comarca do Serro –região Central do Estado–, onde, no fim de 2009, o acervo processual era de 3,4 mil processos. No ano passado, foram distribuídas em média 154 novas ações por mês na comarca, de vara única, incluindo Justiça comum e Juizados Especiais. Os dados são do Relatório de Movimentação Processual 2009.

José Carlos de Matos, que antes de ser aprovado para a magistratura era escrivão em Inhapim, na região do Rio Doce, acredita que o sucesso na atuação em uma comarca depende do trabalho em equipe. "É fundamental que haja entrosamento entre o juiz e a secretaria. Todos fazemos parte de uma única engrenagem. A experiência que adquiri como

escrivão com certeza vai me ajudar a desempenhar minha função de juiz", afirma. José Carlos foi designado para atuar em Lajinha, na Zona da Mata mineira. No fim de 2009, o acervo à espera de julgamento naquela comarca era de cerca de 3,7 mil processos. A distribuição mensal em Lajinha (Justiça comum e Juizados Especiais), que também é de vara única, foi de 230 novos processos em 2009.

## Vocação para a magistratura

A decisão de se tornar um juiz foi amadurecendo, ao longo dos anos, no pensamento de João Paulo Santos da Costa Cruz. "Em 2008, percebi que não estava feliz com o trabalho no escritório de advocacia. Comecei a mudar o foco. Sempre que estava com um caso, ficava imaginando como seria a decisão do juiz", conta.

Focado em seu objetivo, João Paulo iniciou os estudos para fazer o concurso. Seu desejo era concorrer a uma vaga na Justiça Estadual. "No escritório, eu já lidava com muitos dos assuntos que seriam cobrados na prova. Isso ajudou bastante. Fui aprovado em Minas Gerais e também na Justiça Estadual de São Paulo", afirma. João Paulo chegou a tomar posse em São Paulo; mas, após a aprovação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), optou por ficar em Minas, onde moram seus familiares. Ele pediu exoneração do Tribunal paulista no fim de maio.

Devido à sua classificação no concurso, João Paulo pôde escolher, em primeiro lugar, a comarca onde gostaria de trabalhar. Depois de rodar cerca de

# Reforço de 88 juízes



1,8 mil quilômetros e visitar 11 cidades, ele optou pela comarca do Serro, para onde foi designado. O novo magistrado acredita que, para atuar como um juiz, é preciso compreender a própria vocação. "Quem não tem vocação deve procurar outros caminhos. Se a pessoa não nasceu para isso, pode ser estressante", opina.

## Entusiasmo pelo direito

José Carlos de Matos, 36 anos, que integra a mesma turma de novos juízes mineiros, também foi aprovado em outros concursos, mas optou pela vaga como juiz na Justiça Estadual. Filho de lavradores que atuavam na zona rural de Inhapim, José Carlos ingressou no TJMG em 1992, aprovado no concurso para o cargo de porteiro e zelador em sua cidade. "Como o fórum já tinha porteiro, me colocaram para trabalhar na secretaria. Eu me interessei pelo direito e, ao concluir o curso técnico, prestei vestibular para esse curso", diz.

Ex-aluno de escolas públicas de sua cidade, onde concluiu o ensino fundamental e o de técnico em contabilidade, José Carlos fez seu curso superior na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale), em Governador Valadares. Para frequentar as aulas, percorria diariamente 180 quilômetros. No TJMG, foi também escrevente. Em 2002, já formado, foi aprovado no concurso para o cargo de oficial de apoio na Justiça Estadual. Em 2004, assumiu o cargo de escrivão. "Assim que terminei a faculdade, comecei a fazer cursinho para me preparar para con-

ursos. Prestei vários. Em 2006, comecei a tentar uma vaga na magistratura. Fiz quatro concursos para o cargo de juiz do Tribunal", relata.

O novo magistrado acredita que a primeira aprovação, no cargo de porteiro e zelador do TJMG, foi determinante para a sua trajetória. "Fiquei entusiasmado pelo Direito e pelo dia a dia forense. O trabalho me despertou para esse caminho", afirma. Para os pais, hoje aposentados, e para o restante da família, a aprovação foi motivo de orgulho e de muita alegria.

## Cerimônia

A posse dos novos juizes, realizada em 10 de setembro no auditório do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, foi presidida pelo desembargador Herculano Rodrigues. Após o encerramento da cerimônia oficial, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, fez uma breve saudação aos novos magistrados, salientando a importância da missão que os aguarda. "É com grande orgulho que me considero o primeiro, entre todos os seus pares, a chamar-lhes Vossas Excelências", declarou o presidente. Ele destacou também que é preciso coragem, que provém da consciência moral, para exercer a magistratura. "Sem consciência moral, não existe a necessária independência, que faz do juiz o guardião da liberdade, o propulsor da cidadania", concluiu.

## Raio X dos novos juízes

- Dos 88 novos juízes, 53 são homens e 35 são mulheres
- O magistrado mais velho tem 55 anos e o mais jovem, 26
- O grupo tem 51 pessoas solteiras, 31 casadas e 6 divorciadas, separadas judicialmente ou em união estável
- Dos aprovados, 60 nasceram em Minas Gerais –sendo 32 na Capital e 28 no interior–, 9 são de São Paulo, 7 do Rio de Janeiro, 3 do Espírito Santo, 3 do Paraná, 2 do Distrito Federal, 1 da Bahia, 1 de Goiás, 1 do Piauí e 1 nasceu nos Estados Unidos
- Profissão - A maior parte dos novos juízes atuava como advogado. No grupo há ainda servidores públicos estaduais e federais, entre outras profissões
- Formação - A maior parte dos novos juízes cursou direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em seguida, as escolas que formaram o maior número de magistrados são a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e a Faculdade de Direito Milton Campos

# Número de *habeas corpus* dispara no Judiciário



Soraia Costa

O número de *habeas corpus* no Judiciário tem crescido muito nos últimos anos. Em 2005, o TJMG recebeu pouco mais de 7 mil ações; em 2009, foram quase 17 mil; de janeiro a agosto de 2010, já são 14,5 mil. Um tipo de ação diferenciada, o *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, não sendo necessária a assinatura de advogado ou pessoa qualificada, e pode ser, inclusive, escrito à mão.

"Hoje a ação de *habeas corpus* está vulgarizada", afirma o desembargador Eduardo Machado Costa, que, em pouco mais de um ano na 2ª Instância do TJMG, já recebeu mil ações dessa natureza para serem julgadas. O desembargador critica a previsão constitucional que admite qualquer pessoa como impetrante de *habeas corpus*; para ele, "a possibilidade de sucesso é mínima quando as ações não são bem fundamentadas e não apresentam provas".

O caso do desaparecimento de Eliza Samudio, por exemplo, já gerou 43 ações desse tipo em favor dos acusados, que continuam presos. Pelo menos 22 pessoas comuns ingressaram com ações de *habeas corpus* em favor do goleiro Bruno, a maioria deles sob o argumento de que se trata de um jovem bem-sucedido, com trabalho e endereço fixos.

Segundo o desembargador, o *habeas corpus* deveria ser tratado como medida extrema para proteger aquele cidadão que foi preso sem motivação, "para restaurar o estado de direito –como era na sua origem–, impedindo que o cidadão seja alvo de arbitrariedade por parte do Estado".

## Histórico

*Habeas corpus*, expressão latina traduzida por "que tenhas o teu corpo", é uma garantia constitucional em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, por parte de autoridade legítima.

Em 1215, na Inglaterra, foi elaborada a Magna Carta, imposta pelos nobres ao rei para garantir o controle legal da prisão de qualquer cidadão. O documento limitou o poder dos monarcas ingleses, especialmente o do Rei João Sem Terra, que deveria reconhecer que sua vontade estaria sujeita à lei. A Magna Carta é considerada o início do constitucionalismo.

Ao Brasil o *habeas corpus* chegou com D. João VI, pelo decreto de 23 de maio de 1821: "Todo cidadão que entender que ele ou outro sofre uma prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade tem direito de pedir uma ordem de *habeas corpus* a seu favor". A Constituição Imperial o ignorou, mas ele foi novamente incluído no Código de Processo Criminal do Império do Brasil de 1832 e na Constituição de 1891. Atualmente, está previsto no art. 5º da Constituição Brasileira, de 1988: "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Hoje a ação de *habeas corpus* está vulgarizada"

De janeiro a agosto deste ano, o TJ recebeu 14,5 mil ações de *habeas corpus*

Patrícia Méllilo

# A modernização a favor da Justiça



Rodrigo Vilçaça

Daniela Lima

Com o permanente objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional, o desembargador Fernando Caldeira Brant tem estado à frente de diversas inovações na Justiça mineira. Foi assim quando, ainda juiz, aceitou o convite do desembargador José Fernandes para coordenar o primeiro Juizado Especial de Belo Horizonte. Agora, como assessor especial de Tecnologia da Informação, participa da primeira câmara a implantar um sistema eletrônico de suporte ao julgamento.

**TJMG Informativo** - Que experiência marcou sua carreira?

**FCB** - A instalação dos Juizados Especiais em Belo Horizonte. Foi um momento difícil porque havia muita incompreensão com o novo sistema e, ao mesmo tempo, procurava-se suprir uma carência na prestação jurisdicional.

**TJMG Informativo** - Quais são seus projetos como assessor especial de Tecnologia da Informação da Presidência do Tribunal?

**FCB** - Dar continuidade à modernização do parque tecnológico do Tribunal, iniciada pelos meus ante-

O desembargador Fernando Caldeira Brant é o assessor especial de Tecnologia da Informação do TJMG

cessores, já visando ao processo eletrônico. Temos 16 mil pontos de informática instalados em todo o Estado, e esses equipamentos se tornam defasados em pouco mais de dois anos. A Presidência está criando um grupo gestor de informática, que será encarregado de dar continuidade ao planejamento desse setor.

**TJMG Informativo** - Como os recursos tecnológicos podem ajudar a Justiça?

**FCB** - Há uma infinidade de possibilidades. O processo eletrônico vai permitir armazenar e disponibilizar os documentos oficiais, acelerando o processo, simplificando custos e procedimentos. Hoje já temos, nos Juizados Especiais, por volta de 170 mil processos eletrônicos, que substituíram o papel. A assinatura digital e um ambiente virtual que facilita o julgamento foram implantados na 11ª Câmara Cível por meio do sistema Themis, em que o acórdão é formado e assinado durante a sessão de julgamento.

**TJMG Informativo** - Como tem sido a implantação do sistema Themis?

**FCB** - O projeto Themis começou na gestão anterior, e é a vontade do atual presidente que ele seja disponibilizado para todas as câmaras até o término de sua gestão. Estamos avançando com muita segurança, o projeto está na fase de maturação. Desde que foi

implantado, em junho, estamos fazendo as adaptações e ajustes necessários. O próximo passo será implantá-lo, ainda neste ano, também de forma experimental, em pelo menos mais uma câmara, a 16ª Câmara Cível, e, a partir de fevereiro, disponibilizá-lo para as demais câmaras, inclusive para as criminais. Isso tudo demanda treinamento, adaptação física dos plenários, suporte de informática; mas, uma vez implantado, o Themis proporciona grande economia de tempo, a assinatura digital dispensa que o acórdão circule pelos gabinetes para serem assinados manualmente. Isso sem falar na economia de papel e outros custos, na facilidade de interação entre os desembargadores, o que facilita o próprio julgamento.

**O processo eletrônico vai permitir armazenar e disponibilizar os documentos oficiais, acelerando o processo, simplificando custos e procedimentos"**

# A arte de se manter informado

Vanderleia Rosa

A cada novo dia, milhares de informações vão brotando a todo instante, de todos os lugares, disseminando suas intenções, alterando e pautando a vida das pessoas. Notícias pelo rádio, TV, internet, celular... Nas bancas, jornais e revistas disputam o olhar dos leitores. Um verdadeiro bombardeio de informações. Haja habilidade para selecionar o que realmente interessa e não ser alvo do sensacionalismo e da superficialidade de muitas notícias.

No campo profissional, o volume de informações também assusta. Nos portais das instituições, as notícias se atualizam a cada instante, e aquele fato que, há pouco, era novo logo perde espaço

na efemeridade dos acontecimentos. *E-mails* chegam a todo instante, com informações de diferentes graus de urgência. Ao final do dia, uma breve retrospectiva de tudo que se ouviu, leu e assistiu e uma constatação: impossível assimilar tudo, dada a rapidez e a pluralidade dos acontecimentos. "O tempo não para", como tão bem cantou o poeta Cazuzu.

E nessa avalanche de fatos simultâneos, é imprescindível fazer uma rigorosa triagem para separar o que é útil, tanto na vida profissional quanto na pessoal. Equilibrar-se na infinita teia de informações e, ao mesmo tempo, manter-se informado é um desafio dos tempos atuais.

## Bom senso

Para o jornalista Fleury Rosa, que tem experiência em rádio, jornal impresso e assessoria de comunicação, "pode parecer até contraditório; mas, mesmo recebendo esse bombardeio de informações, a sensação que fica é a de que ainda estamos desinformados. O volume de informações é gritante, dada a crescente facilidade de transmissão possibilitada pelos avanços tecnológicos, e, profissionalmente, quase ficamos proibidos de 'deletar' qualquer uma delas sem dar pelo menos uma espiadinha. Vai que é importante, que tem algo que vai permitir uma boa matéria". Além dos *sites*, *blogs* e redes acessados costumeiramente, ele diz ler todos os *e-mails* que chegam, "alguns rapidamente para entender do que tratam, outros até o fim".

"No campo pessoal, a responsabilidade é menor, mas sempre há os amigos que insistem em encher nossas caixas de *e-mail*. Confesso que tento minimizar a sensação de desinformação, mas não tenho uma técnica, muito menos uma teoria para isso. Fica tudo por conta da sorte com uma pitada de bom senso ou, quem sabe, o contrário, por conta do bom senso com uma pitada de sorte", completa o jornalista.

## Portal TJMG

Para se ter uma ideia do fluxo de informações que alimenta o *Portal TJMG*, somente no dia 30 de agosto, foram postadas 12 notícias de interesse institucional e jurídico. Foram inseridos ainda, no referido mês, 97 avisos, além de outros informes. A esse volume, juntam-se os *e-mails* do *Fale Conosco* – canal de relacionamento do TJMG com a sociedade – respondidos diariamente, uma média de 30, além de outras publicações. É apenas uma amostra do dinamismo da informação num universo integrado por outros meios de comunicação.

**O volume de informações é gritante, dada a crescente facilidade de transmissão possibilitada pelos avanços tecnológicos"**

# Mais que servidores, voluntários



Joubert Oliveira

À frente, a assessora Luiza Penna, de branco; ao centro, o assessor da 3ª Vice-Presidência do TJ, Juliano Veiga, secretário-geral dos Juizados de Conciliação, e o juiz Roberto Apolinário com equipe da produção do Fantástico durante gravação de reportagem para o quadro "O Conciliador", em maio de 2010

Joubert Oliveira

Felipe, Hamilton, Álvares, Luiza, Roberto, Flávia, Eduardo... Eles têm em comum, além do fato de ser servidores do TJMG e compartilhar da missão de "garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza", a escolha por doar um pouco mais de seu tempo e conhecimento e assim contribuir para que o Tribunal seja "instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social". Eles são voluntários.

Oficiais de Justiça, assessores, desembargadores, oficiais de apoio. Além das obrigações impostas pelo cargo que ocupam na instituição, atuam como voluntários em alguns dos serviços prestados pelo Judiciário mineiro, sacrificando um pouco das horas que lhes sobram durante a semana ou até nos fins de semana.

Há 37 anos como servidor do TJMG e há seis como comissário voluntário, Hamilton Rodrigues da Costa é oficial de apoio da 6ª Vara Cível. Ele lembra que foi incentivado a se tornar comissário de mentores voluntário por um escrivão que trabalhou na mesma vara e tinha trabalhado anteriormente com o então juiz Tarcísio José Martins, da Vara da Infância.

Para ele, atuar como voluntário foi a oportunidade de ser útil e auxiliar o Judiciário na função de proteção a crianças e adolescentes. Ele conta que sempre se preocupou com a situação dos menores que são influenciados a frequentar locais impróprios.

Hamilton elogia o compromisso de toda a equipe de voluntários e a seriedade com que o Comissariado os orienta, mas acredita que a função de comissário voluntário ainda carece de reconhecimento por parte da sociedade e cobra ações para que a importância do trabalho dos voluntários seja conhecida e respeitada.

## Juizados Especiais

Felipe de Caux, oficial de Justiça em Belo Horizonte, atua como conciliador todas as manhãs de quarta-feira no Juizado Especial das Relações de Consumo. Formado em Direito, Felipe pretende concorrer ao cargo de juiz do TJMG e lembra que o tempo dedicado como conciliador voluntário ao Juizado Especial pode ser computado para fins de concurso.

Ele comenta que a atividade voluntária no Juizado permitiu que ele experimentasse a resolução de conflitos pela conciliação. Lembrando que essa modalidade de justiça "preventiva" é uma recomendação do CNJ, aposta que a experiência pode ajudá-lo no exercício da carreira jurídica.

Em Governador Valadares, 316 km da Capital, o voluntariado contaminou primeiro o juiz Roberto Apolinário de Castro. Luiza Pena Balarini, assessora de juiz, era estagiária da 2ª Vara Cível naquela época e lembra-se do empenho do juiz em conquistar mais adeptos para a causa da conciliação, modalidade de justiça muito defendida por ele. O método utilizado pelo juiz para aumentar o quadro de voluntários é persuasivo, diverte-se Luiza, que foi uma das primeiras a serem convencidas pelo juiz. Ela conta que o magistrado fala sobre o Juizado para o servidor e já sugere o horário em que o "convidado" deve chegar para participar pela primeira vez. "A gente pensa: vou ou não vou?", conta Luiza, mas conclui que o trabalho é

tão gratificante que compensa o sacrifício. Atualmente, dos sete funcionários da secretaria, três são conciliadores, participantes ativos do Juizado de Conciliação.

Quem também fala com muito entusiasmo sobre o tempo doado ao Juizado de Conciliação é o desembargador Álvares Cabral da Silva. Atual presidente do Juizado de Conciliação, que funciona na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Álvares Cabral é conciliador voluntário há aproximadamente 14 anos. Ele lembra que iniciou o voluntariado na época do então Juizado de Pequenas Causas, que foi o precursor em Minas dos Juizados Especiais e Juizados de Conciliação. A equipe do juizado se reúne todas as quintas na Câmara Municipal "das 19h até o último caso", afirma o desembargador. "Não vou passar pela vida inutilmente, vou fazer algo mais valioso para o semelhante, algo mais importante do que eu faço no processo", conclui o magistrado, ao revelar sua motivação para tantos anos de dedicação.

# Guerra do Vietnã no Cineclube TJ

Considerado um dos mais importantes documentários políticos da história do cinema, *Corações e Mentes*, de 1974, dirigido por Peter Davis, é a atração do Cineclube TJ no dia 28 de outubro.

Através de imagens de arquivo e depoimentos reais de ex-combatentes norte-americanos e sobreviventes vietnamitas, o filme retrata os efeitos nefastos da guerra entre Estados Unidos e Vietnã nos corações e mentes dos envolvidos. O conflito matou mais de um milhão de vietnamitas e 45 mil soldados americanos.

O documentário mostra todo o impacto da guerra sobre um povo. A violência militar norte-americana é escancarada em cenas de invasão e nos discursos de alguns entrevistados. De um lado, pode-se ver a dor e a resistência dos vietnamitas. De outro, a prepotência e o racismo dos militares norte-americanos.

As sessões do Cineclube TJ são realizadas às 19 h, no auditório do anexo II do TJMG (rua Goiás, 253, 3º andar, Centro). A entrada é franca.

## CLICK DO LEITOR



Renata Domingueti Silva

Essa foto foi tirada no sítio de nossa família em Areado, cidade do Sul de Minas Gerais cheia de belezas naturais. É muito simples, mas passa uma mensagem de paz e equilíbrio, algo almejado por todos, principalmente por aqueles que procuram na Justiça ter sua tranquilidade restaurada. Aqui no Fórum de Alfenas, muitos servidores e estagiários são de Areado. Com essa foto, queria homenageá-los por sua dedicação e boa vontade em atender bem e trabalhar com afinco, tendo que se deslocar diariamente para se dedicar à prestação jurisdicional.

*Renata Domingueti Silva - Comarca de Alfenas*

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).